

Esquerda manobra e adia votação do Regimento

Roberto acha que o acordo já é possível

Depois de uma longa audiência ontem com o presidente Ulysses Guimarães, no exercício da Presidência da República, o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais articuladores do chamado «Centrão», admitiu a possibilidade de um entendimento na Constituinte para permitir o encaminhamento do projeto originado na Comissão de Sistematização.

Contudo, disse, qualquer matéria que vier a ser votada «só poderá entrar na Constituição se tiver os 280 votos» — e acrescentou: «Nós queremos uma Carta aprovada por uma maioria absoluta». Segundo ele, não tem sentido entrar na nova Constituição matéria que não seja aquela aprovada pelo plenário e que não reflita o desejo da maioria.

Cardoso Alves procurou mostrar que a decisão de concordar com o adiamento, para quarta-feira, da votação da proposta do novo regimento, foi tomada com a finalidade de tornar evidente a sua disposição de chegar a um entendimento.

Nesse sentido, observou, procuramos ser sensíveis ao apelo do líder Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). «Não pretendemos dar uma demonstração de que poderíamos funcionar como um rolo compressor». Explicou ele que esse tipo de maioria, por aparentar-se imobilizada, não reflete o espírito democrático do «Centrão».

Flexibilidade

A idéia, continuou, é funcionar como uma «maioria absoluta», em que alguns se desengajam no meio do processo, outros se engajam ou trazem outros para participar do grupo, conforme exijam as matérias submetidas à votação.

«Dentro desse espírito é que fizemos um acordo, conscientes: para mostrar com alma transnacional brasileira, explícita de demonstrar a nossa vontade de negociar».

Cardoso Alves tomou ainda as palavras do presidente Ulysses sobre os pontos críticos da esquerda e do Centrão, para declarar que «a questão colocada dessa forma, facilitará o entendimento das partes».

Reafirmou o desejo de uma constituinte progressista e alinhada às grandes nações amantes da liberdade no mundo, e não apenas à Nicarágua, Cuba ou Albânia. «Esses não são progressistas, são demagogos», disse, arrematando com declaração de que «o senador Marco Maciel, por exemplo, compreende que a esquerda está no papel dela e, portanto, ele tem de estar do nosso lado».

Quórum para votar: 280 parlamentares

O quórum mínimo para se abrir uma sessão da Assembleia Nacional Constituinte é de 56 parlamentares no plenário. Entretanto, para qualquer votação o atual regimento interno exige a presença mínima de 280 constituintes em plenário. Esse número representa a metade mais um dos 559 integrantes da assembleia.

Na sessão de quarta-feira o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), interpretou que na votação da proposta de substitutivo do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), para alterar o regimento interno da Constituinte, o quórum seria apenas o da maioria simples metade mais um dos presentes. Nessa sessão votaram 496 parlamentares, 271 votaram sim ao pedido de preferência e 223 contra. Mas no plenário será obedecido o regimento: caso seja mantido o atual, para se alterar qualquer dispositivo do texto já aprovado na Comissão de Sistematização serão necessário 280 votos a favor da proposta.

Possibilidade foi discutida amanhã

A possibilidade de adiamento da sessão de votação do substitutivo de Regimento Interno para a próxima semana começou a ser discutida pelo «Centrão» logo após a primeira vitória que seus integrantes tiveram em plenário. Os coordenadores do grupo temiam uma manobra dos «progressistas» que viessem impedir o quórum mínimo para a votação da matéria.

Ao saírem do plenário na terça-feira à noite, alguns líderes do «Centrão» — Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), José Lourenço (PFL-BA), José Lins (PFL-CE), Luiz Roberto Pontes (PMDB-RS) e Irapuá Costa Júnior (PMDB-GO) — reuniram-se na residência do deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) para uma primeira avaliação, depois de constatarem que não tinham conseguido a maioria absoluta de 280 votos e que poderiam cair numa armadilha dos «progressistas», que inviabilizariam a votação de ontem se saíssem de plenário.

Coube ao deputado Luís Eduardo Magalhães ponderar sobre os perigos de uma radicalização na votação regimental, que estava longe de ser a questão mais importante para o grupo.



Tumultuada no início, a sessão de ontem terminou com o adiamento



Righi apelou para a concórdia



Fernando Henrique: acordo pacífico

Vitória dos moderados forçou as negociações pelo adiamento

As negociações para que a sessão fosse suspensa começaram desde a noite de quarta-feira, logo após o «Centrão» conseguir aprovar o pedido de preferência. O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), reuniu-se com o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), presidente em exercício da Constituinte, e o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), um dos coordenadores do «Centrão», para propor que a sessão só fosse realizada às 11h00 e não às 10h00, como estava marcada. Fernando Henrique queria ganhar tempo para propor que a votação do substitutivo fosse adiada.

Os ânimos se acirraram no início da sessão porque o segundo vice-presidente da Constituinte, deputado Jorge Arbaje (PDS-PA), não sabia do acordo e iniciou a sessão às 10h00. Neste momento, os líderes do «Centrão», que iam para uma reunião com Fernando Henrique, se irritaram. O grupo estava dividido. Uma parte, composta pelos deputados Luís Eduardo (PFL-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE), e Del Bosco Amaral

(PMDB-SP), queria negociar, enquanto outra, reunindo os deputados Amaral Neto, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), e Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), se mantinha irredutível. Iria para o voto.

Quórum

Fernando Henrique acenava com a negociação, propondo algumas alterações no substitutivo de Cardoso Alves. Por essa proposta, o PMDB aceitaria que os pedidos de preferências para as matérias fossem deferidos pela Mesa da Constituinte com 187 assinaturas. No entanto, essas preferências teriam que ser submetidas ao voto do plenário, que as aprovaria ou rejeitaria por maioria de 280 parlamentares, o quórum mínimo qualificado da Constituinte.

O PMDB começava a aceitar também a proposta do substitutivo de Cardoso Alves, pela qual o texto do relator só poderia ser mantido se também fosse submetido à votação e obter a maioria de 280 votos. Parte do «Centrão» começou a ceder e aceitar o adiamento da sessão, com o temor de não

obter 280 votos necessários para aprovar o substitutivo ontem, pois muitos parlamentares já haviam ido embora. Além disso, pairavam duas ameaças: o PMDB poderia abandonar o plenário, o que não daria o quórum de 280 parlamentares, mesmo que o substitutivo fosse aprovado pela maioria dos presentes: a esquerda, que tem 40 destaques ao substitutivo de Cardoso Alves, poderia exigir um esforço constante e arriscado de manter todos os parlamentares do «Centrão» em Brasília.

As negociações não andaram e o senador Fernando Henrique Cardoso, junto com os senadores Mário Covas (PMDB-SP), e José Richa (PMDB-PR), enviou um requerimento à Mesa pedindo formalmente o adiamento da sessão. Neste momento, os líderes do «Centrão» pediram dez minutos para se entenderem entre si. Venceram os «moderados» do grupo, que aceitaram o adiamento da votação para a próxima quarta-feira. Apenas o deputado Amaral Neto manteve-se irredutível.

Mudança é questão decisiva

A luta pela mudança do regimento interno da Constituinte envolve desde ontem três tipos de propostas que serão colocadas na mesa de negociações entre o «Centrão», o PMDB, através do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), e pelos setores da esquerda da assembleia, que querem manter o atual regimento

A briga se explica, porque é pelo regimento, que regulamenta as normas de trabalho das sessões, que as várias tendências da Constituinte se articulam. A proposta do senador Fernando Henrique é um meio termo entre as duas posições. A seguir o que é o regimento, o que o «Centrão» quer e o senador propõe:

• Grupo quer emendar até títulos e capítulos

O «Centrão», através do substitutivo do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), propõe emendas até a títulos e capítulos do texto do substitutivo de Bernardo Cabral. Essa disposição poderia alterar todo o projeto de Constituição aprovado na Comissão de Sistematização. O substitutivo de Cardoso Alves estabelece ainda que qualquer parlamentar pode apresentar um pedido de preferência destacando uma parte do projeto mediante 280 assinaturas. Aceita a preferência, inicia-se a votação e se for

aprovada a emenda muda-se o texto. Mas caso não seja aprovada cai também o texto aprovado na sistematização. Outra mudança é que o pedido de preferência tem que ser votado antes do texto já aprovado na Sistematização. O «Centrão» quer ainda que mesmo que uma emenda tenha sido rejeitada pelo plenário as outras, que sejam semelhantes, não fiquem prejudicadas. As emendas podem ser apresentadas até minutos antes da votação e o relator tem que dar o seu parecer oral.

• Opção de Cardoso procura um «meio termo»

A proposta do senador Fernando Henrique Cardoso, encaminhada ontem ao «Centrão» para negociação, é a seguinte: a Mesa aceitaria pedidos de preferências para destaques de emendas, desde que inscritas por 187 parlamentares — um terço dos constituintes. Aceita a preferência, o destaque é submetido ao voto, tendo que ser referendado por 280 constituintes. A tese de Fernando Henrique aceita emendas substitutivas até a

capítulos, mas não aos títulos do projeto da Sistematização. A sugestão do senador, que seria um meio-termo entre o atual regimento e o substitutivo de Cardoso Alves, incluiria também a possibilidade de se votar o texto da Sistematização, mantendo-se o que já está no projeto por no mínimo 280 votos. A proposta só não admite que as emendas sejam apresentadas até o último minuto antes da votação da matéria e que o relator tenha que dar o seu parecer oralmente.

• Regimento atual privilegia Sistematização

O atual Regimento Interno da Constituinte não permite emendas aos títulos e capítulos inteiros do projeto de Constituição já aprovado na Comissão de Sistematização. Pelo regimento, primeiro se vota os títulos e capítulos, ressaltados os pedidos de destaques que só poderão incidir sobre artigos, incisos e alíneas do projeto. Os pedidos de preferência, pelo qual uma emenda pode ser votada antes dos demais destaques sobre a mesma matéria, também não são permitidos. Para aprovar cada

emenda, seja ela supressiva, substitutiva, modificativa ou aditiva, são necessários no mínimo, 280 votos, a favor ou contra, a maioria qualificada dos 559 constituintes. Se for rejeitada qualquer emenda permanece o texto do projeto se for aprovada muda o texto. As demais emendas semelhantes ficam prejudicadas. As emendas dos constituintes ao projeto têm que ter o parecer do relator da Sistematização e em seguida publicadas em avulso antes da sessão onde será votada.

A votação do projeto de resolução do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que promove alterações no regimento interno da Constituinte, ficou adiada para a próxima quarta-feira. O adiamento, requerido pelo líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, foi decidido após três horas de negociação, através de acordo entre o «Centrão», grupo de tendência conservadora, e os líderes da corrente que se opõe à mudança, integrada majoritariamente por parlamentares de esquerda.

O líder do PMDB no Senado, falando em nome do grupo de esquerda, sustentou a tese do adiamento da votação ao considerar que o prazo de 120 horas seria «útil e necessário para se alcançar a solução pacífica» para a pendência. Entre os articuladores do «Centrão», apenas o líder do PDS, Amaral Netto, não concordou com a proposta. «Estou atento ao desejo da maioria, portanto me declaro voto vencido», afirmou da tribuna. Mas apelou para a unidade do movimento, ao ressaltar que será compromisso de honra a presença «de todos os que desejam o bem do País» na sessão da próxima quarta-feira, às 14h30.

Tumulto

A sessão de ontem foi marcada por inúmeras tentativas de negociação mas começou bastante tumultuada. Logo na abertura dos trabalhos, às 10 horas, o vice-líder do PT, deputado José Genoino, solicitou verificação de quórum. Irritado, o líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), levantou até a possibilidade de um golpe, já que foi avisado pelo senador Fernando Henrique Cardoso de que a sessão fora transferida para às 11 horas.

Henrique Cardoso, que neste momento estava ausente no plenário, correu do seu gabinete ao plenário para justificar que não conseguiu contactar o vice-presidente da Constituinte, o senador Mauro Benevides (PMDB-CE). Informou então que o deputado Ulysses Guimarães havia concordado com o adiamento da sessão, na tentativa de chegar a um acordo. O deputado Jorge Arbaje (PDS-PA), que presidia interinamente a sessão, declarou que a Mesa não tinha recebido qualquer instrução e que, cumprindo a norma regimental, daria prosseguimento normal à sessão.

No horário destinado à comunicação de lideranças, o deputado Amaral Netto (PDS-RJ) frisou que não poderia «negociar a nossa vitória». Insistiu em que o momento era para votação, e que depois, na segunda-feira, poderia sentar à mesa e negociar com as minorias. Irritado com o boato de que a liderança do PMDB preparava um requerimento para suspender a sessão, disparou: «Eles estão com medo, e

serão os únicos responsáveis pelo atraso da nova Constituição».

Evasão

O líder do PCB, Fernando Santana (BA) apoiou a proposta de adiamento por 96 horas, ao lembrar que «o confronto levará a uma permanente disposição para a briga», e implorou para que o «espírito santo» do bom-senso baixasse sobre os líderes do «Centrão» e devolvesse a calma à Constituinte.

Mas foi no horário destinado à ordem-do-dia, que o senador Henrique Cardoso apelou ao «Centrão» para que a sessão fosse adiada. «Isto não é manobra para obstar o processo constituinte», disse da tribuna. Segundo o senador, as vantagens após o acordo serão inúmeras, chegando a admitir que, na hipótese do entendimento, a nova Constituição ficará pronta no máximo dentro de sessenta dias.

Em resposta, o líder do PDS, Amaral Netto, revelou que o «Centrão» estava disposto primeiro a votar o substitutivo, e depois suspender a sessão antes da apreciação dos destaques. Neste momento os parlamentares «progressistas» ensaiaram uma retirada do plenário, e o líder do PFL, José Lourenço (BA), criticando esta atitude de evasão, desabafou: «Agora é impossível atender ao apelo».

Irritação

O líder do PMDB, senador Mário Covas, afirmou que caberia ao «Centrão» um gesto na direção da negociação, e apelou novamente para a suspensão da sessão. Mais uma vez irritado, Carlos Sant'Anna, em questão de ordem, frisou que a Mesa da Constituinte estava permitindo inúmeras transgressões do regimento interno. Citou como exemplo a suspensão da sessão da última quarta-feira, em pleno processo de votação, decidida, segundo ele, «por decisão soberana do Dr. Ulysses». Mauro Benevides, na presidência, não aceitou as críticas ao presidente da Constituinte, considerando que o líder do Governo «transgrediu as normas éticas-parlamentares».

A sessão foi suspensa durante 10 minutos, a pedido das lideranças partidárias, que reunidas na ante-sala do setor de taquigrafia da Câmara, firmaram um acordo pelo acolhimento do requerimento que suspendeu a sessão. O líder do PTB, Gasthone Righi, apelou aos demais líderes do «Centrão» para o atendimento da proposta, «em nome da paz, da concórdia e da verdade, pois somos a maioria e queremos o bem para o Brasil». José Lourenço, da tribuna, frisou que o «Centrão» não «deseja transformar a vitória em processo de esmagamento das minorias e sim de um instrumento do diálogo». Sendo bastante aplaudido. A sessão foi encerrada, sendo convocada para a próxima quarta-feira, às 14h30, para apreciação do projeto de resolução.

Constituinte para até quarta

Como resultado de um acordo entre as lideranças partidárias, com o propósito de buscar o consenso na alteração do seu Regimento Interno, a Constituinte terá um pequeno recesso a partir de hoje, só voltando a realizar sessão na próxima quarta-feira. A Câmara e o Senado também não funcionarão hoje, amanhã e segunda-feira. Na terça-feira, no entanto, haverá sessão da Câmara, às 14h00, que pode estender-se até à noite.

O líder do PC do B, deputado Haroldo Lima (BA), disse que o «Centrão» teve que ceder ao entendimento, pois com a ameaça das esquerdas de se retirarem do plenário, ontem, o grupo sentiu que não conseguiria votar sozinho.

O líder do PTB, deputado Gasthone Righi (SP) discorda de seu colega, pois acha que o grupo fez uma concessão. Gasthone garante que o «Centrão» quer o consenso e fazendo a concessão concordando



Benevides (C) presidiu acordo